

# SAÚDE E LUTAS POR DIREITOS HUMANOS COMO RESISTÊNCIA AOS BIOPODERES NA AMAZÔNIA

*Flávia Cristina Silveira Lemos\**, *Igor do Carmo Santos\*\**, *Fernanda Teixeira de Barros Neta\*\**, *Thaís de Souza Nogueira\*\**

\* Doutorado em História Cultural/UNESP, Mestre em Psicologia e Sociedade/UNESP, Graduada em Psicologia/UNESP - Coordenadora e professora do Programa de Pós-graduação Educação da UFPA

\*\* Psicólogo/UFPA. Mestrando em Psicologia/UFPA

## Resumo

Este artigo aborda a problematização histórica de algumas lutas pela afirmação e garantia de direitos humanos, na Amazônia, em um enfoque de produção da saúde na perspectiva da diferença. O presente texto ainda relata acontecimentos que são analisadores da violação de direitos no Pará e descreve como eles impactaram na saúde dos povos desse estado e em migrantes que foram deslocados para o mesmo, em busca de alguma oportunidade de trabalho. Parte-se da análise do dispositivo biopolítico e de segurança o qual traz muitas inquietações, na atualidade em que vivemos, a partir das contribuições de Michel Foucault.

*Palavras-chave:* Produção da Saúde; Lutas pela Diferença; Amazônia; Biopoder; Foucault.

## HEALTH AND STRUGGLES FOR HUMAN RIGHTS AS RESISTANCE BIOWPOWER IN THE AMAZO

### Abstract

This article discusses the historical problematization of some struggles for affirmation and guarantee of human rights, in the Amazon, a focus of health production in view of the difference. This paper also reports events that are analyzers of the violation of rights in Pará and describes how they impacted on the health of the people of this state and migrants who were displaced to the right in search of a job opportunity. Part is an analysis of the biopolitical device and security it brings many concerns we live today from the contributions of Michel Foucault.

*Keywords:* Production of Health; Struggles for Difference; Amazon; Biopower; Foucault.

## INTRODUÇÃO

O artigo em pauta busca apresentar ao leitor interrogações a respeito de acontecimentos analisadores de resistências às violações de direitos na Amazônia, em especial no Pará. Pouco se tem escrito sobre essa intolerável realidade e como as resistências são acionadas e forçadas para produzir saúde, em meio às dores e à morte.

O texto ainda aponta a luta por direitos como produtora de saúde e diferenciação no âmbito das práticas de biopoder, as quais efetuam desqualificações dos movimentos sociais na região. Frente às tentativas de silenciar as lutas com ameaças, estigmas, pistolagens, massacres, medicalizações, criminalizações e com a militarização, para fazer valer grandes projetos desenvolvimentistas e interesses de extração de recursos naturais, é preciso ter a coragem da verdade e, assim, operar forças para proliferar saúde em contextos tão duros.

### BIOPODER: FAZER VIVER E DEIXAR MORRER

Em Foucault,<sup>(1-3)</sup> é possível pensar de que maneira o biopoder é constituído como dispositivo de gestão da vida, regulação das populações, fazendo viver, deixando morrer e matando em nome da saúde e da valorização de alguns grupos mais que de outros. Se, anteriormente, nas soberanias das monarquias absolutistas, a vida não tinha valor e os reis e imperadores poderiam matar para se vingar de seus súditos, com a emergência da biopolítica, a vida entra em cena como valor.

Cuidar da saúde, ampliar a produção da longevidade e zelar pela coletividade, em termos de fazer viver, ganhou importância e passou a ser tarefa dos Estados Modernos e da sociedade. Essa mudança se deu durante a segunda metade do século XIX, em muitos países, ocorrendo em outros, praticamente, no século XX com maior incidência. Apesar de o processo de gestão e valoração da vida ter-se difundido bastante, em alguns lugares, ele se es-

boçou mais ou menos presente, com nuances em cada espaço e especificidades locais, regionais, nacionais e continentais – diríamos até mesmo pelas fronteiras dos hemisférios.

A biopolítica visava à regulação das populações por segmentos recortados estatisticamente, demograficamente, pela geografia e pela economia política. Totalizavam-se aspectos ao abstraí-los de forma racista por cálculos aleatórios de risco/perigo. Decidia-se matar, fazer e deixar morrer pela relevância conferida a alguns grupos diante de outros, a partir de escalas hierarquizantes da vida.

Práticas xenófobas, etnocêntricas, discriminatórias e estigmatizantes eram acionadas em nome da vida de alguns mais que de outros. Tal situação passou a ser analisada como paradoxo da biopolítica, porque, para cuidar e proteger alguns, outros morreriam e seriam mortos. A segurança da circulação de mercadorias e de pessoas seria regulada pelo racismo de Estado e de sociedade. A saúde, nessa perspectiva, ganharia um atravessamento hierárquico, oscilando entre práticas higienistas e eugenistas, sem falar nas de extermínio.

Higienizar seria limpar e prevenir, pela difusão de manuais, regras para educar em saúde. Os movimentos higienistas foram criados internacionalmente, no século XIX, chegando ao Brasil, nas primeiras décadas do século XX, com ressonâncias variadas em cada país, região e localidade. De qualquer forma, seus ideários de limpeza foram transpostos para a sociedade como um todo, implicando racismos, na medida em que a eliminação de grupos foi justificada pela higiene urbana e social. Metáforas, como extirpar o câncer da sociedade, constituem um exemplo dessa transposição política e medicalizante, que configura uma prática biopolítica de matar uns em nome da vida de outros, por meio de racionalidades securitárias racistas.

O eugenismo acarretou a dizimação de povos indígenas e quilombolas, a esterilização de mulheres negras, caboclas e ribeirinhas. Esse movimento também teve difusão mundial e chega ao Brasil, na

virada do século XIX para o XX. Ligas higienistas e eugenistas foram criadas no país, vinculadas à política de modernização desenvolvimentista e baseadas na doutrina de ordem e progresso. O signo do crescimento e da noção de modernidade era, em parte, a limpeza social dos classificados como párias, produzidos por essa mesma sociedade com suas regras e seus racismos.

A interiorização do país foi atravessada pelos preconceitos dos que moravam e nasciam nas fronteiras de regiões vistas como isoladas e como alvo de recursos a serem extraídos. O Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país foram intensamente marcados pelos preconceitos e pelos efeitos de uma política extrativista, de monocultura, de povoamento caracterizado por grandes projetos desenvolvimentistas os quais trouxeram inúmeros problemas sociais para essas regiões.

Pouco antes do aparecimento da biopolítica, nasceram disciplinas, no século XVII, voltadas para os corpos individuais, objetivando docilizá-los e aumentar sua utilidade. Disciplinar de modo excludente por isolamentos e internações foi uma prática disciplinar, assim como o mecanismo, em meio aberto, de controle dos corpos para diminuir suas resistências políticas. Em certos lugares, tal prática foi menos recorrente, de maneira que resquícios de soberania de matar prevaleceram em moldes não liberais, baseados em lógicas carismáticas e violentas.

Se lermos o texto de Foucault,<sup>(4)</sup> “O sujeito e o poder”, podemos descrever que a dominação ainda resta paralela à disciplina e à biopolítica, em tempos de governo das condutas neoliberais. Se a égide do mercado, em alguns lugares, prevalece como empresariamento da vida, em outros, acompanhamos práticas antiliberais de calar com a pistola e, em outros ainda, de matar em nome da vida, pela justificativa da segurança.

Na Amazônia, temos essas diversas situações e quadros presentes: antiliberalismo, disciplina, biopolítica e segurança. Nas análises a respeito das resistências produtoras de saúde diante das lutas por direitos, temos como destacar permanências de coronelismo e pistolagem, medicalização das

dores na biopolítica, tentativa de docilizar e disciplinar corpos para diminuir suas dissidências e práticas securitárias militarizadas.

## A AMAZÔNIA E OS DIREITOS: LUTAS PELA VIDA

A Amazônia, historicamente, tem recebido diversos olhares. Desses olhares, variadas imagens foram se apresentando e se consolidando como representativas do que seria “a” Amazônia. E a imagem que geralmente se tem da região amazônica, como bem aponta Gonçalves,<sup>(5)</sup> é mais uma imagem “sobre” a região do que “da” região.

É uma imagem produzida por aqueles que estão fora, ou seja, do colonizador, do “sulista”, e não daqueles que efetivamente compõem e fazem parte do território. Todavia, o colonizador pode ser da própria região e utilizar-se das armas de estrangeiros para fazer valer seus interesses locais e regionais, violando direitos de seus pares para acumular riquezas, prestígios e domínios políticos. Nesse sentido, a figura é forjada como processo de subjetivação, historicamente, em que o colonizador é aquele que extrai e explora, coisificando pessoas, deixando na região apenas miséria e devastação.

E essa imagem vem sendo produzida desde o processo de colonização do território brasileiro, com descontinuidades, revelando-se de forma a descrever a região como aquela que apresenta uma vasta extensão territorial, de clima quente e úmido, coberta pela maior floresta tropical úmida do planeta e banhada por uma imensa bacia hidrográfica, onde está a maior biodiversidade encontrada por metro quadrado, no mundo, o que indica recursos naturais incalculáveis.

A imagem de uma Amazônia rica em termos naturais se contrapõe à imagem de uma Amazônia pobre, em termos “humanos”. Como, durante boa parte da história do Brasil, o território amazônico nunca se destacou como sendo um grande polo de desenvolvimento econômico, o olhar “estrangeiro” sempre culpabilizou a população amazônica (composta principalmente por índios e caboclos) pela

situação de subdesenvolvimento que a marcava, visto que esses os povos da região eram considerados indolentes, primitivos e preguiçosos, sendo, portanto, incapazes de fazer a Amazônia crescer.

Essa imagem produzida sobre a Amazônia condenou e condena milhares de pessoas, habitantes dessa região, a uma tutela por parte do Estado, por elites locais que se aproveitaram dessas situações e por grupos de interesses econômicos, políticos e sociais, sob a justificativa que somente estes poderiam tirar a região do atraso e finalmente trazer-lhe o tão esperado desenvolvimento.

Mas, se uma imagem é produzida por um olhar, essa perspectiva, que operou uma tentativa homogeneizante e homogeneizadora sobre a Amazônia, não foi única. Várias outras imagens foram produzidas por diversos olhares daqueles que habitavam a região e que construíam com ela modos de ser e viver singulares que se contrapunham àquela imagem totalizante. Se essas figuras instauram modos de ser e viver, elas estão incrustadas em meio às relações de saber-poder e, como aponta Foucault,<sup>(6)</sup> o poder deve ser analisado como uma “multiplicidade de correlação de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização”, o poder está em toda parte, não porque englobe a tudo, mas porque provém de todos os lugares e, por essa razão, “lá onde há poder há resistência e, no entanto esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (p. 91).

Isso significa sustentar que, nesse diagrama de forças que constituem as várias imagens sobre a Amazônia, nela foram concretizados olhares que escapavam àquelas que se pretendiam totalizantes e dominantes, para produzir olhares que diziam e contavam outras Amazônias, que era violentada, tutelada, que sofria, mas que, sobretudo, lutava.

As imagens que traremos agora representam o retrato de algumas dessas lutas efetivadas por alguns desses sujeitos que ousaram produzir outros olhares sobre a Amazônia, principalmente no Estado do Pará, que é o local do qual os autores deste texto falam e onde vivem. A história de lutas e mo-

vimentos realizados no Pará é antiga, e podemos demarcar que a própria resistência empreendida pelos índios, desde o início do período de colonização do território brasileiro, e, em consequência, do território amazônico, explicita essas lutas.

Todavia, essas resistências estavam muito localizadas e não chegavam a constituir um movimento com maior força política, que desse a essas lutas certa singularidade e efeito de impacto nacional. De acordo com Gonçalves,<sup>(5)</sup> o primeiro movimento a conferir uma figura coletiva criada pelos “de baixo” sobre a Amazônia vai ser a Revolução dos Cabanos, ou Cabanagem, como é comumente conhecida, na qual índios, negros e brancos vão se reunir, entre 1835 e 1839, para lutar contra a opressão a que se achavam submetidos e que chegou a apresentar um cunho separatista, no sentido de criar o *Paiz do Amazonas*, em relação ao Estado brasileiro.

O final dessa revolta, muita gente conhece, carrega a marca de ter sido a mais violenta e sangrenta da história do Brasil, com um saldo final de cerca de 30 mil mortos, o que, na época, representava cerca de 20% da população da província (Carvalho, 2013).<sup>(7)</sup> E, se a cabanagem representa para muitos um símbolo da luta do povo amazônico, ao dar início à rebelião daqueles que se sentiam oprimidos, ela caracterizou também a forma com a qual se viria tratar a luta desses sujeitos no Pará, isto é, à base de derramamento de sangue.

Já no século XX, no período em que o Brasil foi governado por uma Ditadura Civil-Militar, deu-se início a um movimento guerrilheiro criado pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), com o objetivo de promover uma revolução socialista, que teria início no campo, assim como havia ocorrido nas vitoriosas experiências de Cuba e China. Dessa forma, nos últimos anos da década de 1960, alguns militantes do PC do B começam a chegar à região, escolhida para o início da revolução.

Essa região compreendia os Estados de Goiás, Pará e Maranhão, e se situava às margens do rio Araguaia, nome que posteriormente foi dado à guerrilha. Num período que compreende os anos de

1967 e 1972, vários desses militantes começaram a se preparar para o desenvolvimento da luta armada e pelo pleno conhecimento da região, a fim de que pudessem dar início à guerrilha.

Com cerca de 80 guerrilheiros, o movimento foi descoberto pelo governo, no ano de 1972, o que levou a diversas operações e combate, no meio da floresta, visando à prisão e morte desses guerrilheiros, compostos na sua maioria por estudantes e profissionais liberais. Ainda hoje, dezenas de corpos ainda não foram encontrados e essas pessoas são consideradas desaparecidos políticos. Com a instalação da Comissão da Verdade, em maio de 2012, abriu-se novamente a oportunidade de esclarecer e trazer à tona o que ocorreu dentro dessa parte da Amazônia e que ficou escondido por décadas, por obra dos governos militares e civis.

Já em um período pós-redemocratização, temos um dos casos mais emblemáticos das lutas travadas pelas lideranças e por movimentos sociais, na busca por seus direitos, no Pará, acontecido no dia 17 de abril de 1996, no município de Eldorado do Carajás, no sul do Estado, onde 19 trabalhadores sem-terra foram mortos pela ação da Polícia Militar que estava no local para reprimir a manifestação, através do uso da força.

A Polícia Militar foi mandada para o local sob ordens do então secretário de Segurança Pública, Paulo Câmara (o qual autorizou o uso da força policial), e do então governador do Estado, Almir Gabriel (que deu ordens para a desobstrução da rodovia interdita), a fim de que retirassem os cerca de 1.500 trabalhadores sem-terra que acampavam na região e protestavam contra a demora na desapropriação de terras, principalmente as da fazenda Macaxeira.

No ano de 2014, o massacre de Eldorado completa 18 anos e apenas duas pessoas foram condenadas pelas mortes: o coronel Mário Colares Pantoja (228 anos) e o major José Maria Oliveira Pereira (154 anos), pois estavam à frente da ação dos policiais. No entanto, apesar das duas condenações, os outros responsáveis (e aí se encontram representantes do poder político, já mencionados

anteriormente; representantes do poder econômico local, que sequer tiveram seus nomes citados, mas que apoiaram os massacres; e os próprios policiais que participaram da ação) ou foram absolvidos ou nem sequer foram processados. E, mais do que recorrer a um discurso vingativo-punitivo sobre esses 18 anos passados, é relevante lembrar que as circunstâncias que favoreceram a ocorrência desse extermínio estão aí, prontas para que novos “Eldorados do Carajás” voltem a acontecer.

A guerrilha do Araguaia e o massacre de Eldorado do Carajás remontam àquele antigo poder da soberania sobre o direito de vida e morte, como lembra Foucault.<sup>(6)</sup> O poder soberano tinha o direito de “fazer morrer e deixar viver” com respeito aos seus súditos, caso o soberano se sentisse ameaçado em sua soberania.

Essas duas atualizações do poder soberano se cristalizam na atuação do Estado brasileiro diante dos dois casos, em que uma “ameaça”, um “perigo interno”, o leva a exigir o poder total sobre a vida de seus súditos, apoderando-se da vida, para suprimi-la. O Estado, assim, se utiliza desse poder soberano para eliminar os indesejáveis, aqueles que vão contra a ordem que se tenta impor, uma ordem que é violenta e violadora de direitos.

É possível observar que as situações citadas trazem a biopolítica do matar em nome da vida e deixar morrer, do fazer morrer e deixar viver da soberania pautada no suplício e da disciplina individualizadora para adestrar corpos e tentar docilizá-los politicamente, de modo a torná-los submissos politicamente. No caso da soberania, a ausência do Estado, na sua figura pública, permite que dispositivos de dominação autoritários estejam presentes na Amazônia e impliquem a morte de lideranças de direitos humanos. Estamos relatando como a soberania do Estado de Direito esteve ausente e ainda está, muitas vezes, em lugares do Brasil os quais foram abandonados à própria sorte. A soberania presente é a antiliberal, a do suplício vingativo, na burocracia carismática, no patriarcado, no patrimonialismo, no coronelismo e no clientelismo.

Por sua vez, a biopolítica implica o deixar morrer e o matar em nome da vida, no presente em que o Estado e a sociedade se omitem. Dessa maneira, o racismo entra em cena e mostra sua face mais violenta e violadora de direitos. A resposta para a indisciplina de corpos desobedientes, os quais insistem em lutar, é a ameaça e a morte, muitas vezes.

Além desses casos mais conhecidos, no Pará, vários outros, que na sua maioria são silenciados ou reverberam de forma muito frágil, têm levado à morte inúmeras pessoas, de forma constante, há vários anos. A essas pessoas se tem dado o nome de Defensores de Direitos Humanos (DDH's). Esses DDH's atuam na promoção e proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais reconhecidas ou mesmo na denúncia de violações a esses direitos.

Os DDH's, dentro do território amazônico (aqui se destaca o Estado do Pará), são representados principalmente por sindicalistas e integrantes de ONGs, religiosos, líderes comunitários, lideranças de trabalhadores rurais sem terra, líderes quilombolas e indígenas, agentes públicos, advogados, ambientalistas, entre outros que trabalham e atuam na promoção e proteção dos direitos humanos. Ao se incumbirem dessa tarefa de trabalhar na linha de frente desses conflitos, esses DDH's são expostos a uma série de violações, porque podem ser mortos ou ameaçados de morte.<sup>(8)</sup>

Segundo alguns dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do ano de 2012, somente no Pará, 6 pessoas foram assassinadas e 61 pessoas, lideranças de movimentos, estão sob ameaça de morte. Desses casos levantados, quase sempre o resultado acaba sendo o de morte desses ameaçados, a despeito das inúmeras denúncias feitas. O caso da morte da missionária estadunidense Dorothy Stang foi um exemplo significativo desse total descaso e descompromisso do poder público e da sociedade, perante essas pessoas.

Dorothy era uma liderança popular na cidade de Anapu, no Pará, e atuava junto à CPT em defesa dos projetos de democratização da terra. A missionária recebia inúmeras ameaças por sua atuação

em defesa do desenvolvimento sustentável, o que gerava inúmeros obstáculos aos interesses de madeireiros e latifundiários da região. A morte de Dorothy ocorreu em 12 de fevereiro de 2005, a mando do fazendeiro Vitalmiro Moura, o Bida, ganhando repercussão nacional e internacional, de modo a revelar as nefastas consequências da estrutura fundiária do Brasil e da omissão do Estado em face desses casos.

Um episódio mais recente foi o do casal de ambientalistas José Claudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo, que morava no assentamento extrativista Praia Alta/Piranheira, em Nova Ipixuna, no sul do Pará, uma região também marcada pelo massacre de Eldorado de Carajás. Eles estavam inseridos em um contexto de denúncias contra madeireiros e fazendeiros da região por crimes contra o meio ambiente, desmatamento, produção ilegal de carvão e grilagem de terras. Enquanto autores de diversas denúncias, ambos sofreram repetidas vezes ameaças de morte, algumas que culminaram em emboscadas das quais escaparam, até a que culminou no seu assassinato.

Pioneiros na criação da reserva extrativista do assentamento, os ambientalistas mortos constavam na lista de ameaçados de morte registrada e divulgada pela Comissão Pastoral da Terra, e as ameaças sofridas eram denunciadas, o que faz pensar em mortes anunciadas e histórias repetidas, nesse cenário de lutas no campo, em que lideranças são ameaçadas e assassinadas por denunciarem os crimes que ocorrem. Marcando posição contrária à entrada dos madeireiros no assentamento, o casal foi assassinado em 2011 alvejado por tiros, em uma ponte dentro do assentamento em que morava, quando estava indo à cidade.

Assim como o casal de ambientalistas, o bispo Dom Pedro Casaldáliga sofre, há anos, ameaças de morte por sua luta em defesa dos povos indígenas, dos camponeses sem terra e contra o trabalho escravo. Devido às ameaças, Dom Pedro afastou-se de São Félix do Araguaia, sendo escoltado pela Polícia Federal. As ameaças se fortaleceram, quando foram derrubados judicialmente dois recursos que objetivavam adiar a retirada de não índios da Terra

Indígena Marãiwatsédé, no Mato Grosso. O cenário de desocupação e o aumento das ameaças de morte contra o bispo foram acompanhados de recomendações para que o mesmo deixasse o local, resguardando sua vida.

Outra liderança alvo de constantes ameaças no Estado do Pará é a Irmã Henriqueta Cavalcante. Essa liderança religiosa integra a Comissão Pastoral da Terra (CPT), por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) da Região Norte. Irmã Henriqueta coordena a Comissão Justiça e Paz da Regional Norte II, na qual sua atuação se pauta no combate às redes organizadas de pedofilia/exploração sexual infantojuvenil, tráfico de seres humanos e de drogas, pirataria e trabalho análogo à escravidão no Estado do Pará, especificamente, na região do Marajó.

Desde 2009, está jurada de morte, após denunciar ex-deputado da região por práticas de aliciamento e exploração sexual infantojuvenil, bem como por participar ativamente no acompanhamento da CPI da Pedofilia da Assembleia Legislativa do Estado, aberta em 2008. Desde então, recebe reiterados telefonemas ameaçando-a de morte e, apesar da realização de boletins de ocorrência, uma postura efetiva não foi adotada. A despeito da dificuldade encontrada, a defensora de direitos humanos permanece na luta cotidiana de dar apoio às famílias as quais solicitam suporte, ajuda, além de deflagrar a ausência total de políticas públicas efetivas concernentes ao âmbito dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Esses e inúmeros outros casos expõem a fragilidade do Estado brasileiro e da própria sociedade civil em encontrar meios de se proteger e defender essas lideranças as quais insistem em continuar lutando por direitos humanos, democracia e justiça social, na sociedade brasileira. E, sob seus olhares, eles continuarão produzindo imagens outras, alternativas, subversivas, mesmo que elas estejam acompanhadas da insígnia da morte.

Assim, fica bastante explícito como o conceito de território é usado politicamente, em termos de relações de poder sobre o espaço, recortando-o

e dominando-o, o se torna bem claro na discussão feita por Foucault<sup>(2)</sup> sobre segurança, território e população. No território, grupos se deslocam e são avaliados politicamente nesses trajetos, em termos de seguridade social.

Contudo, o conceito de região traz a dimensão cultural, social e histórica de um espaço como um artefato e artifício forjado pelas trocas, partilhas, lutas e sentidos atribuídos ao cotidiano, na constituição de fronteiras e proximidades/afastamentos subjetivos, de acordo com Haesbaert.<sup>(9)</sup> Para esse autor, território remete à dominação e exploração de um espaço, o que pode assinalar como a Amazônia pode ser vista por aqueles que a devastam e dela extraem riquezas a qualquer custo, inclusive de vidas.

## SAÚDE E LUTAS POR SINGULARIZAÇÃO EM MEIO À SOBREVIDA: CONSIDERAÇÕES FINAIS

As resistências descritas e as tentativas de capturá-las e calá-las assinalam sua força em forjar saúde, em meio às condições mais duras e difíceis. Tirar forças das cinzas, extrair potência da morte, fazer das ameaças coragem, criar vida, em face das situações de exploração, de devastação, de ausências de políticas públicas e de intensa violação de direitos, é algo quase inexplicável frente aos massacres e genocídios sofridos.

Fazer da biopolítica e da disciplina, da soberania marcada pela violência e da lógica militar arma de resistência é extrair força e agenciamentos coletivos da dor e das ameaças. Fazer saúde a partir da singularização, lutando com coragem da verdade, é não sucumbir ao medo e à sobrevivência a que querem destinar tantos segmentos da região amazônica e do Pará. Só é possível lutar, quando se faz da dramática da existência problemática.

Constituir movimentos sociais é fazer testemunhos de saúde e atualizar a marca dos questionamentos dos intoleráveis experimentados por grupos

assujeitados, em regiões ainda atravessadas por projetos de exploração com pouca incidência de retorno de políticas públicas e de garantias de direitos. Deslocar as forças do biopoder para a afirmação da vida fora das coordenadas racistas é lutar por campos de possibilidade de existências que se singularizam mesmo diante da dor e pedem passagens para fazer valer direitos negados.

Alguns acontecimentos citados dizem da coragem de lutar e de resistir à violência e às violações de direitos, historicamente constituídas, em uma região que ainda é vista como território a modernizar, a devastar, a explorar e a integrar com todas as nuances das descontinuidades históricas, mas com muitas marcas das dissidências indicativas de que essas duras realidades não são implantadas sem resistência.

Buscou-se, neste artigo, apresentar analisadores de luta por garantias de direitos como estratégia de resistência, promotora de saúde e singularização, em meio a tantas violências e violações cotidianas. Testemunhar as lutas com coragem de verdade, mesmo com o custo da própria vida, é resultado de força política e de um processo de subjetivação atravessado por resistências. Descrever e analisar em uma breve história tais práticas é contribuir para que novos campos de existência possam se configurar, de sorte a criar aberturas diante das situações difíceis.

Fazer espaços outros, criando heterotopias para fabricar diferenciações singularizantes da vida, é romper com os racismos territoriais; e fazer ranger as fronteiras políticas de dominação é um ato crí-

tico de coragem da verdade, no seio de omissões dos que não afirmam a saúde na sua dimensão estética, ética e política de existências.

## REFERÊNCIAS

1. Foucault M. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes; 1999.
2. Foucault M. Segurança, território e população. São Paulo: Martins Fontes; 2008.
3. Foucault M. Nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes; 2008.
4. Foucault M. O sujeito e o poder. Ditos e escritos IX: Genealogia da Ética, Sexualidade e subjetividade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
5. Gonçalves CWP. Amazônia. Amazônias. São Paulo: Contexto; 2010.
6. Foucault M. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal; 1988.
7. Carvalho JM. Cidadania no Brasil: um longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
8. Centro de Estudos e Defesa do Negro no Estado do Pará, organizador. Em defesa da vida: a realidade dos/as defensores/as de direitos humanos sob situação de risco e ameaça no Estado do Pará. Belém: CEDENPA; 2008.
9. Haesbaert R. Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2010.